

EDUCAÇÃO ESPECIAL: PERSPECTIVAS DE PROFESSORAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL SOBRE SUA FORMAÇÃO INICIAL

Mila Oara de Souza Barroso¹

Renato Carneiro da Silva²

RESUMO

O presente artigo possui como objetivo compreender a formação docente para lidar com a diversidade e a inclusão relacionada à Educação Especial em uma escola de Mossoró/RN. Como metodologia, a pesquisa possui abordagem qualitativa, com dois tipos de procedimentos metodológicos: a pesquisa bibliográfica, incluindo autores como Tardif (2014), Oliveira (2011), entre outros; e a pesquisa de campo, que teve como técnica de coleta de dados um questionário. O artigo foi organizado iniciando pela introdução; posteriormente o tópico sobre a formação docente e educação infantil, que aborda de modo breve sobre a formação inicial e sua importância para compreensão de temáticas relevantes para a futura atuação docente; em seguida o tópico educação especial e educação infantil, que aborda os avanços em relação a educação infantil através dos anos, bem como da educação especial, e além disso, foi possível perceber como a educação infantil se torna muito relevante para a educação especial. No tópico referente aos resultados e discussão, foram analisadas as respostas do questionário, que contou com a participação de cinco professoras da educação infantil, que tiveram a oportunidade de compartilhar suas vivências durante a formação inicial envolvendo a educação especial. Nas considerações finais, percebeu-se como uma formação inicial de qualidade é fundamental para que professores finalizem a graduação mais preparados para o contexto da educação especial, mesmo assim, ficou evidente na pesquisa que ainda há muitos avanços, mudanças e reflexões a serem realizadas para que a educação especial se apresente de maneira mais acentuada na formação inicial docente.

Palavras-chave: Formação inicial docente. Educação Especial. Educação Infantil.

1 INTRODUÇÃO

Segundo o Ministério da Educação, a etapa da Educação Infantil teve uma notável expansão ao longo dos anos, e conseqüentemente, para atender a essa demanda, uma formação docente qualificada se torna fundamental. Nesse sentido, é possível perceber como essa formação é necessária, não apenas por ser exigida por lei, mas por todo o desenvolvimento profissional docente que ela poderá agregar aos futuros professores. Assim, a formação inicial pode ser considerada a primeira fase desse desenvolvimento profissional.

¹ Graduada em Pedagogia e graduanda em Letras - Língua Portuguesa pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Pós-graduanda no curso de Especialização em Atendimento Especializado (AEE) ofertado pela Universidade Federal do Semi-Árido (UFERSA) e no curso de Especialização em Alfabetização, Letramento e Bilinguismo ofertado pela UniCatólica do RN.

² Doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará - UFC; Professor adjunto da Universidade Federal Rural do Semi-árido – UFERSA.

De acordo com Medeiros (2015), a formação inicial de professores seria responsável por apresentar estudos teóricos, com uma diversidade de autores discutindo temáticas relacionadas à educação, políticas educacionais, além de oferecer a oportunidade de vivenciar a prática através de estágios, entre outras experiências. De uma forma geral, entende-se que a formação inicial seria uma base de conhecimentos e vivências, e toda essa gama de saberes poderiam ser posta em prática no dia-a-dia de sala de aula.

No caso da Educação Infantil, a formação inicial docente para atuar nessa etapa seria a graduação de Licenciatura em Pedagogia, que possui em média duração de quatro anos. Contudo, deve-se atentar a questão de que “nem sempre o curso de formação inicial é suficiente para lidar com as várias situações que ocorrem na sala de aula” (Medeiros, 2015, p. 4). Isto é, compreende-se que a própria nomenclatura já deixaria evidente que essa formação pode ser vista como apenas o início, a base de conhecimentos, para que outros possam surgir, e assim, uma formação continuada e constante possa ocorrer ao longo da profissão do professor.

Voltando esse olhar para a educação especial, também notou-se um aumento da demanda relacionada a essa área. Pessoas com deficiência passaram a ter seus direitos assegurados, inclusive relacionado a sua participação nos ambientes escolares regulares, e para o professor ter condições de fornecer uma educação de qualidade para crianças com deficiência, mais uma vez, a formação inicial de qualidade entra em cena. Segundo Galasso; Andrade (2022, p. 2) “a formação inicial que forneça uma base para educação especial é fundamental para que o processo de ensino e aprendizagem de alunos com deficiência se desenvolva com êxito”. Compreende-se assim que, dentre os anos destinados à formação inicial de professores, se torna essencial a presença de temáticas relacionadas à educação especial nos currículos.

Pensando nesse sentido, refletindo sobre a própria formação inicial e sobre a atuação profissional envolvendo crianças com e sem deficiência, pensou-se na problemática: Quais saberes relacionados à Educação Especial professoras da Educação Infantil desenvolveram durante a sua formação inicial?

Tendo em vista essa pergunta de partida, o presente artigo possui como objetivo compreender a formação docente para lidar com a diversidade e a inclusão relacionada à Educação Especial em uma escola de Mossoró/RN. Para atingir esse objetivo geral, a pesquisa foi desenvolvida e estruturada contendo dois tópicos iniciais, sendo o primeiro deles abordando a formação docente e educação infantil e o segundo trazendo discussões sobre a educação especial e a educação infantil. Posteriormente, aborda-se a metodologia, e em

seguida, os resultados e discussões, com a análise da pesquisa de campo realizada. Por fim, as considerações finais.

2 FORMAÇÃO DOCENTE E EDUCAÇÃO INFANTIL

Ao estudar sobre formação docente é observada uma diversidade de autores e estudiosos que buscam, dentre outras coisas, refletir sobre as possibilidades e desafios desse campo.

Com base nas leituras, nota-se que a formação docente é vista de duas formas: a formação inicial e a formação continuada. Ambas consideradas importantes para uma atuação com mais qualidade na educação, já que corroborando com Libâneo (2004, p. 2), se a formação docente apresentar algum déficit, isso teria “[...] resultado num grande contingente de professores mal preparados para as exigências mínimas da profissão”. Dessa forma, compreende-se a importância de uma formação docente ser oferecida com qualidade, caso contrário, isso pode interferir na atuação desse profissional futuramente.

Buscando um maior entendimento, segundo as autoras Pott; Lima (2018, p. 60), “A formação inicial é entendida aqui como a formação mínima exigida do profissional”. Isto é, essa formação seria aquela realizada por meio da graduação, no ensino superior, que normalmente nas licenciaturas ocorre com uma duração de quatro anos.

Durante a formação inicial, os graduandos e futuros profissionais da Educação têm a oportunidade de cursar componentes que lhe possibilitem a compreensão de temáticas relevantes para a formação. Já a formação continuada seria aquela realizada após a formação inicial, com o já graduado buscando ampliar seus conhecimentos e/ou, buscando outros. Ou seja, a formação continuada poderia ser considerada uma extensão da formação inicial, seja ela através de cursos, especializações, mestrado, entre outros.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Nacional, a formação docente para os profissionais que irão atuar na Educação Básica se dá por meio de licenciatura plena, oferecida em nível superior, preferencialmente em ensino presencial, mas também com a opção em educação a distância, sendo da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios a responsabilidade de possibilitar além da formação inicial, também a formação continuada e capacitações relacionada ao magistério (Brasil, 1996). Assim, nota-se que a LDB, em seus artigos e incisos, traz especificações sobre a formação docente, desde a formação exigida até de quem seria o compromisso de ofertar essas formações.

Tendo em vista o objetivo deste artigo, serão discutidas as temáticas sobre a formação docente da Educação Infantil. Ainda conforme Pott e Lima (2018), entende-se o quão significativa é a etapa da Educação Infantil para a Educação e desenvolvimento das crianças, e assim, tanto a formação inicial quanto a formação continuada devem ser pensadas e oferecidas da melhor forma possível para aqueles que possuem interesse. Porém, nem sempre houve essa percepção da importância da educação infantil e, conseqüentemente, de valorizar e investir em formação docente para atuar nessa faixa etária.

Conforme afirma Kishimoto (1999), havia um estereótipo referente aos profissionais docentes da educação infantil, o qual bastaria gostar de trabalhar com crianças pequenas para conseguir atuar na área, o que acabava por minimizar uma busca de uma formação profissional com maior qualidade. E, nesse sentido, a autora ainda complementa que: “É preciso eliminar preconceitos arraigados da tradição brasileira, como o de que o profissional que atua com crianças de 0 a 6 anos não requer preparo acurado equivalente ao de seus pares de outros níveis escolares (Kishimoto, 1999, p. 74-75).

Desse modo, é possível perceber que existia uma ideia de que ao lecionar na Educação Infantil, o profissional da Educação não precisaria de uma formação docente tão específica como profissionais de outros níveis da educação. Contudo, conforme apresentado pela autora na citação acima, a educação infantil apresenta grande complexidade, e na verdade, a formação docente para profissionais dessa faixa etária deve ser além de valorizada, precisa ser bem planejada e executada pelas universidades e instituições de ensino.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Nacional, na Seção II, destinada à educação infantil, e mais especificamente no Art. 29, traz que:

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (Brasil, 1996, p. 22)

Assim, conforme exposto pela LDB, a Educação Infantil inicia a Educação Básica, e mais do que repassar conteúdo, essa etapa visa o desenvolvimento integral, ou seja, não apenas o cognitivo, mas também o social, emocional, entre outros. Dessa maneira, percebe-se o quão essa primeira etapa é importante e requer dos profissionais da educação infantil uma formação que permita que eles tenham condições para proporcionar esse desenvolvimento nas crianças.

De maneira geral, percebe-se que entender a complexidade da Educação Infantil se torna relevante para se pensar na formação docente para essa área, pois ao ampliar o olhar

para as necessidades e objetivos dessa etapa, se torna possível oferecer uma formação mais completa e que tente atender as demandas existentes da prática docente. Se antes a educação infantil era vista apenas como cuidar, não levando todas as possibilidades e capacidades das crianças, atualmente temos uma nova concepção, conforme cita Oliveira (2011):

Educação Infantil passa a ser pensada como tendo a função de educar-cuidar, reconhecida mundialmente na atualidade, fundada numa concepção de criança como ser humano que, por ser como tal, tem características comuns e, por ser social e histórico, tem peculiaridades que precisam ser conhecidas, compreendidas, respeitadas pelas práticas sociais destinadas a elas, sobretudo, as educativas, considerando que a criança é um ser de aprendizagem, de produção, de desenvolvimento, portanto, de educação (Oliveira, 2011, p. 68-69).

Nessa perspectiva, compreende-se que com essa concepção de criança como um ser que é capaz de atuar ativamente do seu processo de aprendizagem, e não apenas um ser que está em uma instituição escolar para ser cuidado, com características próprias que devem ser percebidas e respeitadas pelos docentes, ao mesmo tempo que o ato de educar se presentifica, desenvolvendo todas as competências para essa etapa de ensino, ou seja, os profissionais da educação infantil precisam estar preparados para essa realidade, e para isso, salientamos mais uma vez a relevância de uma formação docente de qualidade, desde a formação inicial até a formação continuada.

Tendo tudo isso em vista, o tanto de avanços que são perceptíveis, as pesquisas e estudos tanto a formação docente (inicial e continuada) quanto sobre a educação infantil são necessárias para reflexões, ampliar o olhar do que ainda poderia ser melhorado, pensando na sua importância não apenas para os profissionais da educação, mas da sociedade de forma geral.

3 EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO INFANTIL

A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, possui uma grande relevância na formação integral da criança. A concepção mais atual de infância, segundo Rodrigues (2017), seria a etapa que necessita, por parte do adulto, de cuidados e atenção particular. Ou seja, compreende-se a criança como um ser com especificidades, que precisam ser atendidas para seu desenvolvimento pleno. Isso não apenas relacionado à questão do cuidado, mas também à educação realizada nos ambientes escolares. Assim, percebemos que essa concepção de infância, a qual a criança passa a ser mais valorizada, influencia, de certa forma, a ideia acerca da Educação Infantil, de como as instituições escolares planejam essa etapa para as crianças, bem como a questão da formação docente para essa etapa. Isso porque,

segundo o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI, 1998), estudos sobre a educação foram avançando ao longo dos anos, e muitas perspectivas foram sendo alteradas, incluindo os referentes à educação especial.

Analisando brevemente a história da educação brasileira relacionada à educação especial, percebe-se que ela era voltada, inicialmente, para uma segregação, pois as crianças com necessidades especiais (NE) eram excluídas da escola regular, frequentando espaços educativos destinados apenas para pessoas com deficiência e transtornos. Depois houve a integração, a qual as crianças com NE passaram a ser inseridas na escola regular, mas de forma isolada, não fazendo parte integralmente daquele espaço, e por fim, a inclusão, que deve proporcionar à criança com necessidade especial um desenvolvimento pleno, incluindo socialização com as demais crianças, educação de qualidade, dando ênfase a suas potencialidades, superando/amenizando suas dificuldades, ofertando um ambiente acolhedor e respeitoso. Nesse sentido, fica visível que alguns avanços já ocorreram, principalmente no que diz respeito à presença de crianças com necessidades especiais em escola regular.

Essa inclusão, de acordo com o RCNEI (1998) é benéfica não apenas para as crianças com alguma deficiência/transtorno, mas também para todas as crianças:

A criança que conviver com a diversidade nas instituições educativas, poderá aprender muito com ela. Pelo lado das crianças que apresentam necessidades especiais, o convívio com as outras crianças se torna benéfico na medida em que representa uma inserção de fato no universo social e favorece o desenvolvimento e a aprendizagem, permitindo a formação de vínculos estimuladores, o confronto com a diferença e o trabalho com a própria dificuldade (Brasil, 1998, p. 35).

Dessa maneira, tendo em vista que a educação infantil deve ofertar uma formação integral aos seus sujeitos, nesse sentido, daria às crianças pequenas a oportunidade de conviver com a diversidade, ao mesmo tempo que o respeito e empatia a essas diferenças aconteçam de forma natural. Ainda, as crianças que possuem deficiência e/ou transtorno, poderiam ter a sensação de pertencimento ao grupo, de socialização, uma troca de aprendizagem com o outro.

Com tudo isso, compreende-se que a educação infantil se torna uma etapa de muita importância para a educação especial. De acordo com a LDB (Lei nº 9394/96), mais especificamente no Art. 58: “Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”. Compreende-se então que, essa modalidade se volta para sujeitos que possuam algum tipo de necessidade específica, e dessa maneira,

pensando no compromisso de a educação ser um direito de todos, surge com a educação especial um meio de conseguir com que todos tenham acesso a ela.

Ainda de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases (1996), no que se refere a educação especial, a oferta dessa modalidade deve ocorrer desde a primeira etapa de ensino, ou seja, a partir da educação infantil. Isto é, ao ser inserida no ambiente escolar, a criança com alguma necessidade especial (NE) já deve receber as condições necessárias para ser incluída, ter seus direitos atendidos, e um melhor desenvolvimento possível. Para que isso ocorra, a comunidade escolar e as famílias precisam saber de seus direitos e deveres, de forma a consolidar uma educação de qualidade para as crianças com NE.

Conforme posto na Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), aqueles que possuem alguma deficiência, transtornos globais de aprendizagem e desenvolvimento e, ainda, superdotação/altas habilidades, têm o direito de acesso, permanência e participação ativa em seus processos de aprendizagem. E como posto durante esse capítulo, esse direito acontece desde a educação infantil. Referente a isso, esse direito e acesso desde a educação infantil se torna relevante pois seria nessa etapa que:

[...] se desenvolvem as bases necessárias para a construção do conhecimento e desenvolvimento global do aluno. Nessa etapa, o lúdico, o acesso às formas diferenciadas de comunicação, a riqueza de estímulos nos aspectos físicos, emocionais, cognitivos, psicomotores e sociais e a convivência com as diferenças favorecem as relações interpessoais, o respeito e a valorização da criança (Brasil, 2008, p. 23).

Isto é, entende-se que a educação infantil daria às crianças fundamentos iniciais e essenciais, além de vivenciar situações, construir conhecimentos e aprender habilidades a serem utilizadas pelo resto da vida, contribuindo assim para a já citada formação integral. Essa base seria vivenciada envolvendo diferentes aspectos, de modo a atender as demandas e particularidades de cada criança, com ou sem necessidades especiais.

Mesmo com a educação infantil buscando propiciar o pleno desenvolvimento a todas as crianças, a educação especial se torna imprescindível enquanto modalidade de ensino presente não só na primeira etapa, mas em todas da educação básica. Pois, por meio da educação especial, formas de atendimento para crianças com necessidades especiais seriam mais bem direcionadas, dando uma visão mais inclusiva e de modo a facilitar o processo de aprendizagem desses sujeitos, bem como fazer um trabalho de orientação para a comunidade escolar e familiar, dando ênfase a importância de uma participação colaborativa de todos para proporcionar uma educação de qualidade para crianças com NE (Brasil, 2010). Isto é, a

educação especial, desde a educação infantil, iria auxiliar no processo de desenvolvimento e aprendizagem de crianças com necessidades especiais, trazendo para um trabalho colaborativo toda a comunidade escolar, possibilidades de ações a serem desenvolvidas, recursos a serem utilizados, e de forma geral, orientar como tudo isso pode ser posto em prática por todos.

De acordo com a Declaração de Salamanca (1994, p. 4), a educação especial : “[...] assume que as diferenças humanas são normais e que, em consonância com a aprendizagem de ser adaptada às necessidades da criança, ao invés de se adaptar a criança às assunções pré-concebidas a respeito do ritmo e da natureza do processo de aprendizagem”. Assim, percebe-se que essa modalidade de ensino respeita as diferenças e as particularidades de cada criança, de maneira a ampliar a visão de que existe um ritmo obrigatório para se aprender, principalmente relacionada a crianças com NE. Além disso, é possível compreender ainda que adaptações podem ser pensadas e realizadas para que o desenvolvimento e aprendizagem dessas crianças não sofra nenhum prejuízo, mas que sejam potencializadas e atendam as necessidades e dificuldades de cada uma delas.

Para que tudo isso possa ser posto em prática, a formação de professores é fundamental. Segundo Glat; Fernandes (2005, p. 4): “[...] para oferecer uma educação de qualidade para todos os educandos, inclusive os portadores de necessidades especiais, a escola precisa capacitar seus professores, preparar-se, organizar-se, enfim, adaptar-se”. Nesse sentido, vê-se que a formação dos docentes é um fator relevante para que os objetivos postos na educação possam ser alcançados. Acredita-se ainda que, a formação inicial de qualidade é primordial, para que ao saírem da graduação, os futuros professores tenham curiosidade e sejam instigados a continuar seus estudos, buscando sempre uma formação continuada, haja vista toda a complexidade da educação.

Dessa forma, a formação inicial seria o primeiro grande passo, juntamente com formações continuadas de interesse por parte de cada professor, e se torna também essencial que a escola busque capacitar cada vez mais seu corpo docente para atender as demandas existentes. Ainda, segundo a Declaração de Salamanca (1994, p. 10): “Preparação apropriada de todos os educadores constitui-se um fator chave na promoção de progresso no sentido do estabelecimento de escolas inclusivas”. Assim, mais uma vez fica evidente a grande importância de uma boa formação de professores, sua contribuição para o fazer docente e a participação e fortalecimento de uma educação inclusiva.

Proporcionar tudo que já foi discutido neste capítulo para crianças com necessidades especiais não parece ser algo fácil, mas sim desafiador. Conforme cita Carneiro (2012, p. 86), “[...] ações precisam ser desenvolvidas no âmbito da educação infantil com o

objetivo de propiciar uma escola capaz de oferecer também aos alunos com deficiência, desde a mais tenra idade, condições de se desenvolverem como cidadãos de fato e de direito”. Isto é, favorecer que tenham as mesmas oportunidades de aprender, de ter suas potencialidades exploradas e suas dificuldades atendidas e superadas da melhor forma possível.

Nesse sentido, percebe-se a importância da educação especial e da grande responsabilidade da etapa da educação infantil para as crianças com necessidades especiais, bem como dos profissionais da educação que atuam nela, de ter as condições necessárias para colocar todos os direitos, competências, aprendizagens respeitando a necessidade, deficiência/transtorno/dificuldade de cada criança em prática, com sabedoria e competência.

4 METODOLOGIA

Em busca de alcançar os objetivos propostos para esta pesquisa, elencamos que a mesma terá uma abordagem qualitativa, já que levará em conta, assim como afirma Minayo (1994, p. 2) “[...] o mundo dos significados, das ações e relações humanas”. Ou seja, serão estudadas e analisadas algumas realidades existentes sobre a temática da educação especial, educação infantil e formação de professores. Ainda, a pesquisa contará com dois tipos de procedimentos metodológicos, sendo a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo.

Segundo Gil (2008), a pesquisa bibliográfica desenvolve-se por meio de material já existente, dentre eles livros, artigos, monografias, dissertações, que podem ser encontrados em bibliotecas, sites acadêmicos, entre outros. Contudo, vale ressaltar que deve-se ter cuidado onde a pesquisa será realizada, haja vista que nem todas as fontes podem ser consideradas confiáveis, então é essencial que exista cautela para que sejam utilizadas fontes seguras. No caso dessa pesquisa, os artigos e dissertações foram encontrados através da plataforma *Google Acadêmico* e os documentos utilizados estão disponíveis na plataforma do MEC (Ministério de Educação).

Por meio da pesquisa bibliográfica, é possível conhecer diferentes pontos de vista, autores, estudos sobre a mesma temática, relacionar as ideias dos autores, agregando assim mais conhecimento e enriquecendo a pesquisa. Importante ressaltar que, a pesquisa bibliográfica pode ampliar as possibilidades da pesquisa, já que normalmente explora-se mais de um material disponível, podendo assim, enriquecer a construção de conhecimento.

Como afirma Lakatos (2003, p. 183) “a pesquisa bibliográfica não é uma mera repetição do que já foi dito ou escrito”. Compreendendo então que ao realizar a leitura e estudo sobre os materiais encontrados, se torna possível o diálogo entre o autor pesquisado e o

autor da pesquisa, abrindo espaço para que novas questões possam ser pensadas e discutidas, tendo o autor dessa forma uma participação ativa na construção dos saberes.

Como segundo procedimento metodológico foi realizada uma pesquisa de campo, que teve como técnica de coleta de dados um questionário. A pesquisa de campo se configura como “[...] o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada” (Golsalves, 2001, p. 67). Assim, a pesquisa de campo requer que o pesquisador busque informações através de sujeitos de pesquisa. No caso deste trabalho, os sujeitos de pesquisa foram professores da educação infantil de uma escola localizada na cidade de Mossoró/RN.

Para a coleta de dados, o questionário foi elaborado contendo 10 questões, sendo 9 objetivas e 1 subjetiva. Segundo Gil (2008), os questionamentos presentes nessa técnica de coleta de dados que irá fornecer os dados para posterior análise pelo pesquisador. Pensando na melhor forma para adquirir as respostas desse questionário, o documento foi aplicado pela ferramenta *online* google formulários, levando em consideração a oportunidade dos sujeitos de pesquisa de realizarem o preenchimento quando tiverem maior disponibilidade, dentro de um prazo preestabelecido para resposta, que foi de uma semana. A pesquisadora, inicialmente, entrou em contato com 10 professores da Educação Infantil, fazendo o convite para participar da pesquisa e após o aceite, houve a assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) e posteriormente o compartilhamento do link do questionário através do aplicativo de mensagens instantâneas *Whatsapp*. Ao final do prazo estipulado para as respostas, obteve-se o total de 5 respostas para a realização da análise no tópico seguinte.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em busca de identificar e compreender a perspectiva dos professores acerca da sua formação inicial referente a educação especial, neste tópico serão analisadas as respostas obtidas através de um questionário aplicado com professores da educação infantil. O questionário foi elaborado contendo dez perguntas, sendo elas divididas em questões de identificação do sujeito da pesquisa e questões mais específicas em busca de compreender a preparação desses profissionais para lidar com a diversidade e a inclusão de alunos com necessidades especiais em sala de aula, sendo algumas delas contendo alternativas e uma questão aberta. Para preservar o sigilo dos participantes, os nomes utilizados serão nomes fictícios atribuídos pela pesquisadora. O questionário foi enviado para dez professores e, ao final do prazo de uma semana, teve 5 respostas no total.

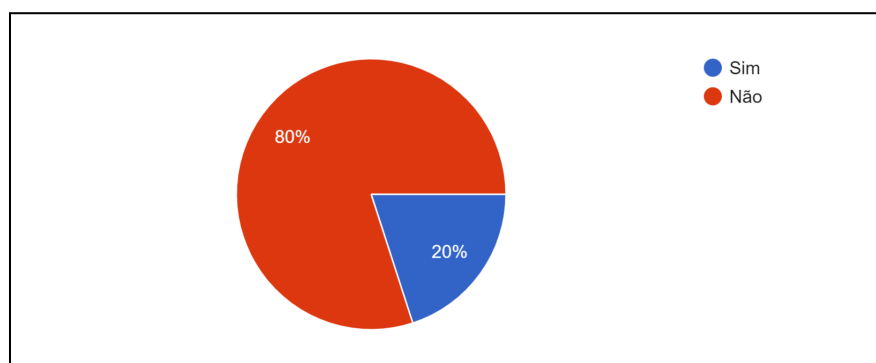
Nas questões para identificação dos sujeitos, foram realizadas três perguntas. A primeira delas foi buscado saber qual “**Instituição que cursou a graduação**”, e com base nas respostas foi possível identificar que cerca de 80% dos sujeitos da pesquisa concluíram a graduação na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e 20% concluíram na Universidade Tiradentes (UNIT). Assim, percebe-se que os participantes da pesquisa dividem-se em graduados em universidade pública e privada, o que é positivo para a pesquisa, tendo em vista que podemos ampliar o olhar para essas duas vertentes de ensino superior.

Em relação ao “**Curso de graduação**”, as respostas se dividiram em dois cursos: com 80% foi citado o curso de Licenciatura em Pedagogia e 20% o curso de Licenciatura em Letras, habilitação em Língua Inglesa. Essas respostas são coerentes com os participantes, tendo em vista que o questionário foi disponibilizado para professores da educação infantil, podendo ser eles polivalentes ou professores especializados, como professores de inglês. Além disso, analisar as perspectivas de sujeitos que tiveram diferentes formações iniciais também pode favorecer a uma maior percepção de como a educação especial é vista nesses dois cursos.

Já referente ao “**Ano de formação**”, obteve-se uma variedade de respostas: 40% dos sujeitos pesquisados formaram-se no ano de 2009; 20% no ano de 2016; 20% no ano de 2019; e 20% no ano de 2021. Assim, vê-se que existe um recorte de tempo a ser também levado em consideração, buscando perceber se esse é um fator que traz algum avanço a questão da educação especial nos currículos dos cursos de licenciatura superiores.

Adentrando as questões específicas, foi questionado “**Durante sua formação inicial, você teve disciplinas ou conteúdos específicos sobre Educação Especial? Se sim, quais foram esses conteúdos?**”. No gráfico abaixo temos o panorama das respostas:

GRÁFICO 1 - Questão 5



Fonte: elaborado pela pesquisadora (2024)

Com base nas respostas apontadas no gráfico 1, conseguimos perceber que a maioria dos participantes da pesquisa (80%) afirmaram que não tiveram disciplinas ou conteúdos específicos sobre a educação especial, e apenas 20% marcaram a opção sim, mas não especificaram quais os conteúdos foram abordados na sua formação inicial. Essa realidade identificada através desses dados causa preocupação de como a educação especial está sendo colocada como deveria nos currículos de cursos superiores, tanto de Letras - Língua Inglesa, como no curso de Pedagogia.

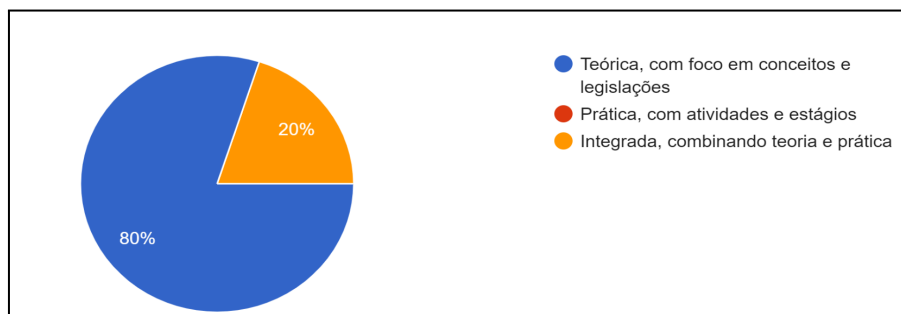
Segundo as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Brasil, 2001, p. 57) “O currículo, em qualquer processo de escolarização, transforma-se na síntese básica da educação [...] quando necessário, com atividades que possibilitem ao aluno que apresenta necessidades educacionais especiais ter acesso ao ensino”, ou seja, compreende-se que o currículo da educação básica espera que os professores saiam da formação inicial com uma base de conhecimentos para lidar e atuar na sala de aula, de modo a proporcionar uma educação de qualidade também aos alunos com necessidades especiais.

Para trazer uma exemplificação, a Matriz Curricular do curso de Pedagogia (UERN, 2008), da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), campus Mossoró, traz apenas uma disciplina obrigatória mais específica da educação especial, que é “Língua Brasileira de Sinais”. Tem-se apenas dois componentes sobre educação especial, sendo elas: “Educação especial e inclusiva”, com carga horária de 60 horas e com aplicação teórica; e “Procedimentos de Intervenção das práticas educativas (aprofundamento em Educação Especial)”, com também carga horária de 60 horas e aplicação teórica. Mesmo assim, elas estão na categoria das chamadas disciplinas optativas, ou seja, fica opcional dos graduandos cursá-las ou não.

Desse modo, corroborando com Oliveira; Mendes (2017), a realidade educacional necessita de professores com qualificação para atuar com alunos que possuam necessidades especiais, mas os desafios para que essa formação realmente ocorra como deveria vem de muito tempo, o que dificultaria ainda as reformas necessárias para essa área na formação de professores. Nesse sentido, entende-se que as demandas referentes à educação especial nas instituições escolares aumentaram durante os anos e que mudanças são necessárias para que a educação desses sujeitos não saia prejudicada pelos desafios que ainda precisam ser superados.

Dando continuidade, foi perguntado “**Qual a abordagem principal sobre Educação Especial durante sua formação inicial?**”, tendo as respostas no gráfico a seguir:

GRÁFICO 2 - Questão 7



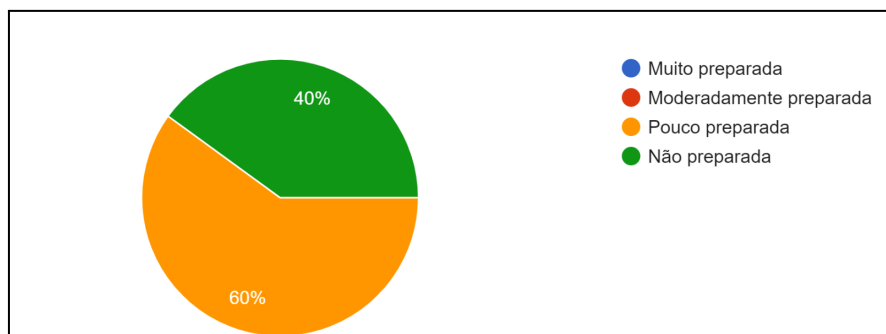
Fonte: elaborado pela pesquisadora (2024)

Nas opções de respostas, tínhamos “teórica, com foco em conceitos e legislações”, “prática, com atividades e estágios” e “integrada, combinando teoria e prática”. Conforme posto no gráfico, 80% dos participantes tiveram como abordagem principal a teoria, focando em conceitos e leis, 20% tiveram a abordagem integrada, com teoria e prática envolvidas e nenhum marcou a opção de uma abordagem apenas prática. De acordo com Khater; Souza (2018), é de extrema importância o conhecimento de conceitos e teorias sobre a educação especial, inclusiva, a história referente a escola, de modo que com isso todos possam participar para mudar a realidade de exclusão e construir uma sociedade realmente para todos. Assim, compreendemos que a teoria oportuniza o conhecimento necessário para entender a realidade acerca da educação especial, sendo importante, mas ao mesmo tempo, temos a prática, que são ações que podem ser realizadas a partir da teoria.

Ainda segundo as autoras, “Para que estes paradigmas da educação tradicional seja re significados, é necessário, além da flexibilidade e adaptações dos planos de ensino, metodologias e recursos [...]” (Khater; Souza, 2018, p. 34). Ou seja, entende-se que essas ações de adaptação, construção de recursos, seriam as práticas que os professores poderiam fazer para atender as demandas dos alunos com NE, e que se não estão presentes desde a formação inicial, inferimos que deveria estar. De modo geral, buscando uma formação mais completa dos futuros professores, infere-se que uma abordagem mista sobre educação especial, com teoria e prática, poderia trazer uma amplitude de ideias e conceitos aliando com a vivências para ver e colocar em prática os conhecimentos adquiridos através da teoria.

Ainda, a pergunta de número oito teve a intenção de saber “**Em sua formação inicial, você se sentiu preparada para lidar com a diversidade e inclusão de alunos com necessidades especiais na sala de aula?**”, e contou com as seguintes respostas:

GRÁFICO 3 - Questão 8



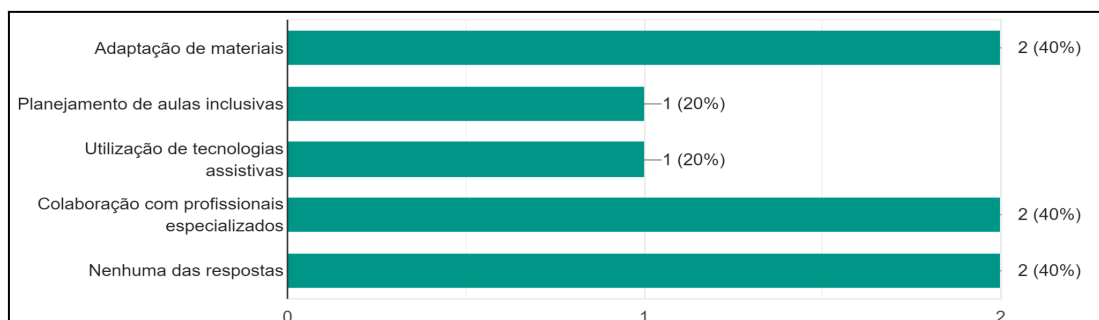
Fonte: elaborado pela pesquisadora (2024)

Com quatro opções de resposta, divididas entre “muito preparada” a “não preparada”, percebeu-se que nenhum dos respondentes marcou a opção “Muito preparada” e nem a opção “moderadamente preparada”, que seriam as duas opções mais positivas. 60% marcou a opção “pouco preparada” e 40% “não preparada”. Mais uma vez, obteve dados que requerem reflexões e até mesmo ações acerca de como os profissionais da educação estão indo para a sua atuação referente à educação especial. É possível perceber que mesmo durante os aproximadamente quatro anos de graduação, alguns licenciados estão saindo do curso superior de licenciatura sentindo-se pouco ou não preparados para lidar com alunos com necessidades especiais na sala de aula.

Conforme cita Otalara; Dall’Acqua (2016, p. 1055), “é possível perceber a necessidade da formação de professores, seja inicial ou continuada, para lidar com os desafios da inclusão escolar de alunos com deficiência no ensino regular [...]”. Assim, compreende-se que tendo em vista essa importância, seria ideal os professores saírem de sua formação inicial pelo menos moderadamente preparados para lidar com a diversidade e inclusão. Contudo, Vitalino (2007), afirma que diversos autores e pesquisas já deixaram evidente que os professores não estão saindo de sua formação inicial preparados para lidar com o desafio que é, dentre outras coisas, a inclusão e favorecer a educação de alunos com necessidades especiais. Então, percebe-se que essa realidade ocorre já de alguns anos atrás, e isso fica claro também em nossa pesquisa ao analisar o ano de formação dos participantes, que inicia em 2009 até 2021, e mesmo depois de doze anos, os licenciados ainda continuam não se sentindo preparados para lidar com essa realidade.

Dando continuidade, buscou-se saber **“Quais estratégias ou metodologias você aprendeu durante sua formação inicial que considera eficazes para a inclusão de alunos com necessidades especiais?”**. Nessa questão, era possível marcar mais uma opção, sendo elas postas no gráfico abaixo:

GRÁFICO 4 - Questão 9



Fonte: elaborado pela pesquisadora (2024)

Nessa questão foram dadas quatro opções de estratégias e metodologias e uma opção de “nenhuma das respostas”. Entre as opções com maior porcentagem de marcações teve-se: “adaptação de materiais”, “colaboração com profissionais especializados” e “nenhuma das respostas”, com 40% cada. E com 20%, “planejamento de aulas inclusivas” e “utilização de tecnologias assistivas”. Assim, nota-se que de modo geral, a maior parte dos participantes da pesquisa tiveram algum contato de estratégias e metodologias referente à educação especial durante sua graduação.

Então, fazendo uma referência aos dados do gráfico 1, no qual 80% dos participantes marcaram que não tiveram disciplinas ou conteúdos específicos sobre a educação especial, infere-se que de alguma forma tiveram contato com essas estratégias e metodologias envolvendo a educação especial, podendo ser em algum outro componente curricular, evento ou minicurso oferecido durante a formação inicial. O fato de que todas as opções (exceto nenhuma das opções) terem sido marcadas é relevante, pois indicaria que existem, de certa forma, uma diversidade de ações que envolvem a educação especial sendo realizadas durante a formação inicial.

Segundo Caramori (2014, p. 40) “[...] se o agente principal da inclusão escolar é o professor e, como tal, tem uma série de exigências a serem cumpridas para promovê-la, é necessário que ele seja ou esteja preparado para atender seus alunos”. Dessa maneira, é perceptível que o professor, sabendo da sua responsabilidade de proporcionar a inclusão escolar, tem que possuir estratégias e metodologias, de modo a conseguir atingir esse objetivo. As opções dadas na questão do gráfico 4 resumem estratégias consideradas importantes e úteis para o alcance dessa inclusão, como adaptação dos materiais; um planejamento para atender as demandas e particularidades de todos os alunos; quando necessário, saber utilizar e direcionar as tecnologias assistivas em benefício do aluno com NE; e a colaboração com profissionais especializados.

Na última questão, sendo ela uma pergunta aberta, pediu para os respondentes: **“Na sua opinião, quais aspectos da sua formação inicial poderiam ser melhorados para preparar adequadamente as professoras para a Educação Especial na Educação Infantil?”**. No quadro a seguir estão organizadas as respostas:

QUADRO 1 - Questão 10

PARTICIPANTES DA PESQUISA	RESPOSTAS
S1	Incluir um currículo com base nas necessidades de alunos com NEE intensivo.
S2	Mais práticas e estágios na educação especial
S3	Inclusão de módulos ou disciplinas que ensinem estratégias de ensino inclusivas e adaptadas, abordando como personalizar o ensino para atender a diferentes tipos de necessidades educacionais.
S4	Abordar mais sobre inclusão e mostrar os tipos de síndromes para que o professor tenha como traçar estratégias em sala de aula.
S5	Para melhorar a formação inicial de professores para a Educação Especial na Educação Infantil, alguns aspectos essenciais poderiam ser aprimorados: Formação Teórica e Prática: A formação deveria incluir um currículo mais robusto sobre teorias e práticas específicas da Educação Especial, integrando mais profundamente os fundamentos teóricos com experiências práticas em contextos reais. Experiência de Campo: Ampliar as oportunidades para estágios e observações em ambientes de Educação Especial permitiria que as futuras professoras enfrentem situações práticas e desenvolvam habilidades específicas. Essas melhorias podem ajudar a preparar os professores para enfrentar os desafios da Educação Especial e promover uma educação mais inclusiva e eficaz.

Fonte: elaborado pela pesquisadora (2024)

Com base nas respostas, inicialmente percebe-se que em todas elas a uso de palavras que indicam adição: “incluir”, “mais (práticas)”, “inclusão (de módulos)”, “ampliar”, ou seja, isso poderia remeter a ideia de que durante a formação inicial desses sujeitos, eles sentiram que a educação especial não foi totalmente explorada como deveria e, nas respostas das questões anteriores, isso fica também evidente. De modo geral, conseguiu-se identificar duas temáticas que são citadas com mais destaque nas respostas: ampliação de currículo, com conteúdos mais específicos sobre a educação especial, incluindo deficiências, como lidar com elas, aliar teoria e prática, etc; e a realização de mais atividades mais voltadas para a prática.

Em relação à primeira temática relacionada ao currículo, como já visto em questões anteriores desta pesquisa, os participantes destacaram que em sua formação inicial o

currículo do curso não contemplou a temática da educação especial como esperado, e segundo Rocha (2017), é primordial que os professores sejam capacitados para essa área, tendo em vista que é a partir desses conhecimentos que esses profissionais podem atender a necessidade e particularidade de cada aluno. O autor ainda complementa que:

[...] muitas vezes o professor se depara com inúmeros desafios, que devem ser solucionados para superar os limites impostos, exigindo do professor a busca por novas estratégias, procurando identificar as possibilidades de cada aluno com o intuito de encontrar as possibilidades para que esse aluno possa aprender junto com os demais e superar seus próprios limites. Diante de tal desafio, o professor deve planejar suas aulas e recorrer a filmes, jogos, músicas, maquetes, mapas, desenhos, entre outras alternativas possíveis para que todos tenham acesso às oportunidades dentro da sala de aula (Rocha, 2017, p. 6).

Nesse sentido, compreende-se que o professor possui inúmeras responsabilidades frente a sua atuação, tanto com alunos com ou sem necessidades especiais, e para que tudo isso seja atendido, os desafios contornados, a educação realizada de maneira inclusiva, com qualidade, respeitando as particularidades de cada aluno, usando metodologias para favorecer a participação e aprendizagem e promover uma formação integral a todos, seria necessário uma boa formação inicial, com um currículo que engloba todas essas atribuições do professor.

Outros autores corroboram com a importância dos currículos de cursos de formação inicial preparem os profissionais para atuar também com a educação especial, como Mittler (2003, p. 35), que aborda que: “[...] a inclusão implica que todos os professores tenham o direito de esperar e de receber preparação apropriada na formação inicial em educação e desenvolvimento profissional contínuo durante sua vida profissional”. Isto é, percebe-se que a formação deve ser iniciada na formação inicial, pelo menos com uma base de teorias, tipos de necessidades especiais, algumas estratégias, para que eles saiam da licenciatura pelo menos maioritariamente preparado para essa atuação nas instituições escolares, com a possibilidade de ampliar ainda mais seus saberes com uma formação continuada, por exemplo.

Além disso, Martins; Sipes (2015, p. 40) citam que existem documentos que indicam também essa formação: “A necessidade de preparação dos professores é recomendada pela Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994) e a atual LDB (BRASIL, 1996) como fator primordial para proposta de mudanças das escolas em busca de integração”. Dessa maneira, vê-se que não apenas autores trazem essa importância, mas também legislações e declarações que tratam da educação e sua preocupação na promoção de uma educação igualitária para todos.

Abordando a segunda temática que teve destaque nas respostas foi a presença de atividades mais voltadas para a prática no que diz respeito à educação especial. Sabe-se que as licenciaturas geralmente ofertam em sua matriz curricular estágios supervisionados obrigatórios, para que justamente haja esse contato com a prática ainda durante a graduação, e essa prática poderia ser adotada ainda com a educação especial, seja ela com uma visita em alguma escola para perceber como os professores atuam, visitar uma sala de atendimento educacional especializado (AEE), ter o contato em produzir algum material didático adaptado, manusear alguma tecnologia assistiva, montar um plano de aula que envolva uma sala de aula com alguma criança com necessidades especiais, enfim, algumas ações que possam trazer essa vivência mais prática e que os participantes da pesquisa sentiram falta durante a sua formação inicial.

A prática seria uma oportunidade de uma formação além das teorias e/ou aliar teoria e prática. Corroborando com isso, Ramos; Barin (2018, p. 3) abordam que: “[...] é na prática que o professor aprende a avaliar de forma justa, planejar de maneira organizada e de forma que contemple a aprendizagem dos seus alunos, pois estes são um público muito diverso [...]”. Assim, é possível perceber que com a prática os professores irão vivenciar a realidade, associando seus saberes construídos na formação inicial, aprendendo de uma nova maneira, com uma outra perspectiva.

Ainda, Tardif (2014) traz sua contribuição para a relevância da prática, afirmando que:

No exercício cotidiano de sua função, os condicionantes aparecem relacionados a situações concretas que não são passíveis de definições acabadas e que exigem improvisação e habilidade pessoal, bem como a capacidade de enfrentar situações mais ou menos transitórias e variáveis (Tardif, 2014, p. 49).

Compreende-se nesse sentido que, a prática oportuniza ainda uma ampliação do olhar, novas possibilidades, que vão além daquelas postas em livros. A prática desenvolveria habilidades que só através dela seria possível, por apresentar a realidade como ela é. Conforme citou o sujeito de pesquisa (S5) em sua resposta da questão dez, a experiência de campo, ou seja, a prática “[...] permitiria que as futuras professoras enfrentem situações práticas e desenvolvam habilidades específicas” (S5, 2024). Entende-se que essas habilidades específicas que são desenvolvidas também com a prática enriqueceria ainda mais a formação inicial dos futuros professores.

De forma geral, com essa questão foi possível perceber de maneira mais específica que a formação inicial, de acordo com os sujeitos da pesquisa, precisa passar por algumas melhorias, principalmente no que se refere aos dois pontos acima citados (currículo e

prática), para assim, futuros professores saiam de sua formação inicial mais preparados para proporcionar uma educação inclusiva e integral para todos os alunos com necessidades especiais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante os estudos, foi possível perceber a importância da etapa da educação infantil para o desenvolvimento integral e construção de conhecimentos das crianças, sendo uma etapa primordial e que deve ser explorada e vivenciada da melhor forma possível. Para atender essa demanda, uma formação inicial de professores com qualidade se torna essencial. Quando volta-se o olhar para a educação especial, inferimos que o professor além de proporcionar a construção de saberes, ele ainda teria que ampliar sua atuação para as possibilidades e modos de como poderia favorecer uma educação de qualidade para o aluno que possua alguma necessidade especial, superar desafios que possam vir a surgir, lidar com a diversidade existente na sala de aula, e, de maneira geral, propiciar uma educação inclusiva. Para que o professor, em sua atuação profissional, consiga proporcionar todas essas demandas para seus alunos com necessidades especiais, a formação inicial deveria trazer disciplinas, temáticas, discussões e até mesmo práticas sobre a educação especial.

Para termos uma ideia de como a formação inicial de professores, no que se relaciona a educação especial, estava sendo compreendida por eles, esta pesquisa foi realizada e analisada, e percebemos que, tanto as universidades públicas quanto as privadas, em cursos de Pedagogia e Letras (Habilitação em Língua Inglesa), não estariam incluindo a educação especial como seria necessário para atender ou até mesmo oferecer uma base para as demandas com alunos com alguma necessidade especial. E essa realidade, pela análise das respostas das participantes da pesquisa, não é recente, ou seja, identificou-se que a formação inicial de professores ainda carece de atualizações e mudanças, visando perceber as maiores necessidades da realidade escolar e alinhar a formação com ela, de modo a preparar da maneira mais adequada os futuros profissionais da educação.

Além dessa inserção e maior atenção à educação especial, identificou-se que as professoras da educação infantil sentiram falta em sua formação inicial de abordagens mais práticas relacionadas a ela. Essas vivências práticas, compreendemos que poderiam proporcionar uma formação mais ampla, haja vista que as teorias que também são importantes seriam estudadas e serviriam como base, enquanto a prática seria a experiência de vivenciar, aplicar, de executar, de desempenhar algo partindo das teorias, e assim, através dessa dupla de

abordagens, possuir ao final da formação inicial mais completa, incluindo dentre outras coisas, a educação especial.

Para que os futuros professores da educação infantil saiam da graduação sentindo-se mais preparados para lidar com a diversidade existente na sala de aula, com a inclusão de alunos com necessidades especiais, com as dificuldades e desafios dessa área, entendemos que discussões na educação superior precisam ser realizadas com mais ênfase sobre a temática, de modo a instigar o interesse da comunidade acadêmica para falar e estudar mais sobre a educação especial, a inclusão de disciplinas obrigatórias (ou mais disciplinas) nas grades curriculares dos cursos de licenciaturas, inserir mais estratégias e metodologias de modo a dinamizar a aprendizagem e vivência sobre a educação especial, e assim, preparando cada vez mais e de forma mais completa os professores.

Por fim, refletindo sobre as respostas presentes na última pergunta do questionário, as professoras da educação infantil não citam aspectos exagerados, impossíveis ou fora do contexto. Interpretamos que agora já formadas, atuando na etapa de educação infantil, tendo contato com a diversidade de alunos, incluindo com necessidades especiais, as professoras, tendo como ponto de partida o questionário, passaram a refletir e perceber o que na sua formação inicial poderia ter sido diferente para que elas chegassem na atuação de modo mais qualificado, como incluir disciplinas, questões específicas sobre as necessidades especiais, a existência de mais momentos práticos (como observações e até mesmo estágios), como personalizar um ensino para aluno com NE, e entre outros pontos. Percebeu-se que elas indicaram aspectos bem parecidos e que realmente podem ser melhorados, de forma a deixar a formação inicial mais adequada para a realidade a ser encarada e vivenciada pela maioria dos professores na educação infantil no que se refere à educação especial.

Que esta pesquisa possa ampliar o olhar e instigar a reflexão de mais professores e futuros professores sobre a importância da educação especial se presentificar de maneira mais acentuada e permanente na formação inicial docente de cada um deles.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional** – Lei nº 9.394/1996.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/formacao-do-professor>. Acesso em: 05 ago 2024.

BRASIL. Ministério da educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica** / Secretaria de educação especial - MEC: SEESP, 2001. 79p.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil** / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Portaria nº 555/2007. 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva** / Secretaria de Educação Especial - Brasília: Secretaria de Educação Especial - 2010.

CARAMORI, P. M. **Estratégias Pedagógicas e Inclusão Escolar**: um estudo sobre a formação continuada em serviço de professores a partir do trabalho colaborativo / Patricia Moralis Caramori – 2014, 310 f.

CARNEIRO, R. U. C. **Educação Inclusiva na Educação Infantil**. Dossiê Temático - Escola e Escolarização. Práxis Educacional - Vitória da Conquista, v. 8, nº 12, p. 81 - 95, jan./jul. 2012.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Salamanca – Espanha, 1994.

GALASSO, B.; ANDRADE, J. A educação especial nos cursos de formação inicial docente do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais. **J. Pol. Educ-s**, Curitiba, v. 16, 2022.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6º ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GLAT, R.; FERNANDES, E. M. **Da Educação Segregada à Educação Inclusiva**: uma Breve Reflexão sobre os Paradigmas Educacionais no Contexto da Educação Especial Brasileira. Revista Inclusão nº 1, 2005, MEC/ SEESP. Disponível em: [Educação Segregada à Educação Inclusiva](#). Acesso em: 15 ago. 2024.

GONSALVES, E. P. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. São Paulo: Alínea, 2001.

KHATER, E.; SOUZA, K. C. S. DIVERSIDADE X INCLUSÃO: Conceito, teoria e prática na educação infantil. **Revista Educação em Foco** – Edição nº 10 – Ano: 2018.

KISHIMOTO, T. M. **Política de formação profissional para a educação infantil**: Pedagogia e Normal Superior. Educação e Sociedade. Campinas, ano XX, n. 68, p. 61-79, dez. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v20n68/a04v2068.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2024.

LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. / Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos - 5º ed. - São Paulo: Atlas, 2003.

LIBÂNEO, J. C. **Adeus professor, adeus professora? Novas exigências profissionais e profissão docente**. São Paulo: Cortez, 2004.

MARTINS, M. F. A.; SIPES, M. L. **Formação de professores na escola inclusiva: possibilidades, limites e aproximações entre Brasil e Argentina.** Rev. Teoria e Prática da Educação, v. 18, n.1, p. 37-46, Janeiro/Abril, 2015.

MEDEIROS, W. S. A. **A importância da formação inicial e continuada:** um estudo de caso. In: 14º Jornada do Núcleo de Ensino de Marília. Marília, 2015.

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: **Pesquisa social: teoria, método e criatividade** (org: Deslandes *et. al.*). Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva:** Contextos Sociais. Editora: Artmed, São Paulo, 2003.

OLIVEIRA, M. P. C. **Formando-se professor(a) da educação infantil:** a escola com contexto / Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) – Natal, RN, 2011. 136 f.

OLIVEIRA, P. S.; MENDES, E. G. Análise do projeto pedagógico e da grade curricular dos cursos de licenciatura em educação especial. **Educação Pesquisa**, São Paulo, v. 43, n. 1, p. 263-279, jan./mar. 2017.

OTALARA, A. P.; CANAZZA DALL ACQUA, M. J. **Formação de professores para alunos público-alvo da educação especial:** algumas considerações sobre limites e perspectivas. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 11, n. esp2, p. 1048–1058, 2016. DOI: 10.21723/riaee.v11.esp2.p1048-1058. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/8943>. Acesso em: 18 ago. 2024.

POTTI, F. P.; LIMA, S. E. Formação docente e educação infantil. In: **Formação docente para a educação infantil:** experiências em curso / Magda Sarat, Marta Coelho Castro Troquez, Thaise da Silva, org. – Dourados, MS : Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2018.

RAMOS, T. B; BARIN, C. S. **A importância da prática na formação dos saberes docentes:** relato de uma experiência. In: II Compartilhando saberes, 2018, Santa Maria. Educação Inovadora e Transformadora, v. 2, 2018.

ROCHA, A. B. O. **O papel do professor na educação inclusiva.** Ensaios Pedagógicos, v. 7, n. 2, Jul/Dez, 2017.

RODRIGUES, M.F. **A importância da Educação Infantil para o pleno desenvolvimento da criança.** Revista Mosaico. 2017 Jul./Dez.; 08 (2): 30-38.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional.** 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

UERN. **Matriz curricular do curso de licenciatura em Pedagogia.** Campus Central, Mossoró, 2008.

VITALINO, C. R. **Análise da necessidade de preparação pedagógica de professores de cursos de licenciatura para inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais.** Relato de Pesquisa • Rev. bras. educ. espec. 13 (3) • Dez 2007.